

IMAGENS DA OPOSIÇÃO: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE POLÍTICA E COMUNICAÇÃO VISUAL DAS ESQUERDAS NA ARGENTINA E NO BRASIL (1974-1985)

NOME DO ALUNO: CAMILLA FONTES DE SOUZA
NOME DO(A) ORIENTADOR(A): GABRIELA PELLEGRINO SOARES

PREÂMBULO

O presente texto tem por objetivo apresentar os apontamentos iniciais da minha pesquisa de mestrado que pretende contribuir para as reflexões sobre as representações dos imaginários políticos das oposições aos regimes militares brasileiro e argentino. Em especial, pretendo analisar as críticas e as estratégias de ação política elaboradas pelos grupos opositores através de seus cartazes de propaganda, produzidos no período que compreende os anos de 1974-1985.

Parto da hipótese de que as imagens e mensagens contidas nos cartazes das oposições traduzem as idéias de mudança social e política, as estratégias de mobilização da sociedade e as transformações ideológicas vividas pelos grupos que os produziram. Tomados como representações das críticas aos regimes militares e às suas práticas de repressão, analisar comparativamente cartazes políticos possibilita discutir problemas comuns à história política recente do Brasil e da Argentina, problemas esses relacionados aos esforços de grupos que pensaram e agiram visando o fim dos governos autoritários.

Durante os anos compreendidos entre as décadas de 1960 e 1970, instauraram-se regimes autoritários resultantes de golpes militares contra governos democraticamente estabelecidos. No caso brasileiro, os militares estiveram no governo entre os anos de 1964 e 1984. Na Argentina, um primeiro governo militar se estabeleceu entre os anos de 1966 e 1970, seguido por um tumultuado período democrático, o qual voltou a ser interrompido por um golpe militar, que instaurou o governo do “*Proceso de Reorganización Nacional*”, entre os anos de 1976 e 1983.

Os regimes militares estabelecidos nos dois países sugerem questões comuns acerca das dinâmicas políticas, sociais, culturais e econômicas engendradas, as quais se prestam a perspectivas de análise comparada. Em meio à repressão, à violência e à censura praticadas pelos governos autoritários, os cartazes representaram uma forma de comunicação política ágil e adequada à condição de clandestinidade a que ficaram

condenadas muitas forças de oposição ao regime. Cartazes, por definição, podiam ser espalhados anonimamente, levando ao público mensagens que fomentavam a mobilização ou a resistência, apontando caminhos para rearticular redes sociais e políticas que as ditaduras procuravam desintegrar. Transmitem as formas e os códigos através dos quais seus produtores representaram suas concepções de mundo, suas visões e aspirações para o futuro e, também, traçavam suas estratégias para alcançá-las.

A análise de cartazes supõe trabalhar com uma linguagem simbólica, composta, muitas vezes, por textos curtos e imagens. No nosso caso, é preciso considerar a forma pela qual a arte ajuda a confeccionar e a dar sentido a mensagens políticas. A leitura de cartazes requer, portanto, procedimentos específicos da leitura de uma obra artística assim como, também, seu reconhecimento como veículo de comunicação massivo. Trataremos deste assunto mais adiante.

SALVACIONISMO DAS F. A. E ESTRATÉGIAS DAS OPOSIÇÕES

Na América Latina, durante a segunda metade do século XX, países como o Brasil, a Argentina, o Chile, a Bolívia e o Peru tiveram governos autoritários instaurados a partir de golpes militares. Em geral, as ditaduras tiveram o objetivo comum declarado de defender o país da “ameaça subversiva”, que colocava a “essência nacional em risco”, bem como a moral, a tradição e os costumes. A ditadura militar brasileira (1964-1985) e a segunda etapa do regime militar argentino (1976-1983)¹, foram norteadas pelo que Carlos Fico – discutindo o caso brasileiro – chamou de “utopia autoritária”. Esta utopia baseava-se na “idéia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral”².

Ideais semelhantes estavam presentes na Argentina. De acordo com o cientista político Guillermo O’Donnell, o *Processo de Reorganização Nacional* (1976 – 1983), reproduziu o modelo autoritário inaugurado na *Revolução Argentina*, em 1966³, que

¹ Considero segunda etapa porque o *Processo de Reorganização Nacional*, instaurado em 1976, conserva as mesmas características “burocrática-autoritárias” – termo cunhado por Guillermo O’Donnell – do governo militar anterior, a *Revolução Argentina*, de 1966 a 1973.

² FICO, Carlos. **Além do golpe**. Visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 112.

³ No prefácio e na introdução à edição brasileira, Guillermo O’Donnell assume a repetição do modelo autoritário de 1966 em 1976. O’DONNELL, Guillermo, **Análise do Autoritarismo burocrático**. Rio

consistia em refundar a sociedade sob um modelo cultural e social homogêneo e disciplinado. Novaro e Palermo também denunciam o caráter salvacionista nas Forças Armadas:

[...] O vírus subversivo respondia – segundo este delírio institucionalizado – essencialmente a causas externas, era “estranho ao ser nacional” e as suas tradições, mas a sociedade não podia – doente como estava – defender-se dele por si só⁴.

Tanto no Brasil, como na Argentina, vigorou a idéia de que os militares seriam os responsáveis pela construção e manutenção de uma nação organizada e extirpada de qualquer contrariedade ideológica, principalmente aquela referente aos modelos oriundos da sociedade de massas. Ou seja: pretendia-se, nos dois regimes, a eliminação de qualquer possibilidade de participação política dos grupos sociais populares.

De acordo com Renè Armand Dreifuss, a crescente participação popular na política brasileira era temida pelos “revolucionários de 1964”. A ameaça era de que, por meio das reivindicações e das manifestações sociais, sob um governo político considerado fraco, a participação popular fomentasse a desordem social, ou mesmo a tomada do poder pelos comunistas⁵. Este temor não era infundado. Houve, realmente, um projeto da esquerda brasileira, dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que almejava chegar ao poder, mesmo que de maneira participativa, por meio de alianças com partidos fortes, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após a “Revolução” de 1964, este projeto faliu. Heloísa Buarque de Hollanda constata que, com sua falência, o “discurso nacionalista e populista que fundamentava a ação política no pré-golpe passará a ser discutido e a sofrer reformulações, definindo novas técnicas de atuação”⁶. Paralelamente, a perseguição intensificada pela Lei de Segurança

de Janeiro: Paz e terra, 1990, p. 15-23.

⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura militar argentina 1976-1983** – do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007, p. 45.

⁵ DREIFUSS, Renè Armand. **1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. A idéia de uma “ameaça comunista” Presente nos movimentos populares, segundo o autor, foi difundida pelos meios de comunicação de massa mantidos pelo complexo IPES / IBAD, na década de 1960, a fim de mobilizar a população a favor de uma *Revolução*, que evitaria o controle do Estado pelos comunistas. A campanha teve seu desfecho vitorioso com o Golpe de 1964.

⁶ HOLLANDA, Heloísa B.. “A participação engajada no calor dos anos 60” In: *Impressões de viagem. CPC, Vanguarda e desbunde: 1960;1970*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 29.

Nacional, de 1967, e o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, provocaram a reavaliação do futuro das esquerdas brasileiras, bem como suas possíveis práticas.

Também na Argentina a esquerda representava uma ameaça à ordem política e social. Como demonstraram Oscar Téran e Maria Matilde Ollier⁷, a assimilação da doutrina justicialista e a de liberdade social (frutos do período peronista), juntamente com outros elementos sociais – como as questões dos trabalhadores urbanos sindicalizados e novas posturas políticas da intelectualidade de esquerda –, produziu uma diversificada variedade de matizes políticos, como a luta armada, entre as décadas de 1960 e 1970. Segundo O’Donnell, Juan Domingo Perón pode voltar à presidência, em 1973, por ser a esperança de controle popular e de liquidação da guerrilha. Quando, em julho do ano seguinte, o líder político faleceu, assumiu a presidência sua esposa e vice, Isabel Perón. Isabelita assumiu o governo em meio à situação de uma crescente deterioração socioeconômica e o acirramento da violência entre a oposição e o governo⁸, renunciando a seu cargo em março de 1976, numa tentativa fracassada de amenizar a situação do país. Novaro e Palermo esclarecem que a crise dos anos anteriores a 1976,

[...] deu lugar a um regime messiânico inédito, que pretendeu produzir mudanças irreversíveis na economia, no sistema institucional, na educação, na cultura e na estrutura social, partidária e sindical, atuando em face de uma sociedade que, diferente de episódios anteriores se apresentou enfraquecida e desarticulada, quando não dócil e cooperativa, frente ao fervor castrense⁹.

Guillermo O’Donnell denuncia que nos anos que precederam o *Processo* a violência foi considerada o único meio de defesa das posições, de maneira que qualquer argumento contrário ao seu uso poderia ser considerado “uma traição aos setores com os quais se era solidário”¹⁰. Ollier aponta como tendência deste período (anos 1970 e 1980) perceber como antagônica ao ser nacional toda a diversidade e inscrevê-la na lógica

⁷ TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesenta** – la formación de la nova izquierda intelectual en la Argentina 1956-1966. Buenos Aires: Puntosur, 1991, p. 33-63. OLLIER, Maria Matilde. **De la Revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina**. Buenos Aires: Siglo Veiteuno Editores, 2009.

⁸ CAMARGO, Sônia de; OCAMPO, Maria Vásquez. **Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior (1973-1984)**. São Paulo: Convívio, 1988, p. 224.

⁹ NOVARO, M.; PALERMO, V., **op. cit.**, p. 26.

¹⁰ O’DONNELL, G., **op. cit.**, p. 422.

binária amigo-inimigo, entendendo como “amigo” aquele que era obediente à pátria – o bom argentino – e “inimigo”, os subversivos e/ou insubordinados – o mau argentino¹¹. O mesmo binômio esteve presente nas diretrizes ideológicas que nortearam as ações militares no Brasil, de acordo com Lúcia Maciel Oliveira¹², alicerçadas em uma visão dicotômica e bipolar, onde não havia espaços para diversidades ou divergências e constituindo uma visão maniqueísta do mundo.

Sob esta perspectiva dicotômica, de acordo com Carlos Fico, a luta armada brasileira das décadas de 1960 e 1970 fez parte de uma estratégia de *assalto ao poder político* e de *ruptura* com o sistema político vigente – considerado “mau” –, não propriamente uma estratégia de *resistência democrática*, como foi vinculada sua imagem posteriormente¹³. Esta afirmação de Fico, para o Brasil, pode ser igualmente considerada para a Argentina, como assinala Ollier em seu livro, apesar da necessidade de se matizar os movimentos de luta armada, que tiveram uma menor expressão e durabilidade no caso brasileiro e maior no argentino. Entretanto, por meio da aniquilação dos líderes guerrilheiros, da censura e do terror de Estado, em poucos anos os governos militares saíram vitoriosos no que intitularam como *guerra antiterrorismo*, que consistiu, na realidade, na tentativa de controle da população para a concretização de um modelo de Estado, e de sociedade, homogêneo e disciplinado, de acordo com o que as doutrinas de segurança nacional defendiam como o “bom” Estado.

Enquanto na Argentina tinha início mais um governo militar, no Brasil, importantes estruturas autoritárias foram revistas. Com a eliminação física da guerrilha, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado em 1965, passou a atrair as diferentes posições e ideologias contrárias ao governo militar como opção de ação – a própria ação institucional. A partir das eleições parlamentares de 1974, com a vitória do partido no Congresso, teve início um duplo movimento para a redemocratização do país. Primeiramente, as pressões do MDB e de setores civis para o afrouxamento e a revisão de leis e decretos. Este momento tem caráter importante para o nosso projeto por entendermos que é a partir da falência do movimento armado de resistência e, igualmente, a falência de um modelo político de esquerda – não armada, a esquerda

¹¹ OLLIER, M. M., *op. cit.*, p. 15-32.

¹² OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. '**Nossos comerciais, por favor!**': a televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flavio Cavalcanti. São Paulo: Beca, 2001, p. 29-30.

¹³ FICO, C., *op. cit.*, p. 25.

pecebista – que as possibilidades de críticas e novas concepções de luta política se configuram nas oposições do país. Como afirma Milton Lahuerta¹⁴, no artigo *Intelectuais e resistência democrática*, a vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974 reforçou a aproximação entre o partido e intelectuais, constituindo uma estratégia política de construção de uma “resistência democrática” não institucional e onde “se fazia uma política diferente da tradicional”, o que aumentou o prestígio do MDB¹⁵.

Em segundo lugar, no ano de 1973, foi elaborado pelo governo militar o *Projeto de Distensão*, posto em prática no ano seguinte, como estratégia do governo para desmobilizar a oposição. Segundo Suzeley Kalil Matias, o projeto previa o fim, controlado pelas Forças Armadas, do regime militar, sem que o governo perdesse as bases de apoio civil, que começaram a deixá-lo depois da crise do petróleo em 1973¹⁶. Desta forma, a *Distensão* contemplava um processo reformista, não revolucionário e a longo prazo.

No livro *Estado e oposição no Brasil*, Maria Helena Moreira Alves¹⁷ demonstra que, a partir de 1974, cresceram as articulações e manifestações populares de caráter público tais como o novo movimento sindical, a luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, o movimento contra a carestia, as entidades vinculadas à Igreja e as Comunidades Eclesiásticas de Base, até culminarem na campanha das *Diretas Já!*, em 1983, a maior campanha de mobilização popular registrada até então na história do Brasil. De acordo com Lahuerta, a associação entre os intelectuais e os artistas ao MDB precedeu e deu espaço à “nova esquerda”, decisiva para as articulações com os movimentos sociais. Essa mesma “nova esquerda”, em 1984, fez acordos com setores dissidentes do governo, o que garantiu a eleição indireta do candidato civil do PMDB – legenda criada pelo antigo MDB, após 1979¹⁸.

Como no Brasil, a esquerda argentina, sob o controle e a perseguição dos órgãos de repressão do governo militar, passou por transformações. Maria Matilde Ollier, ao

¹⁴ Lahuerta Milton. **Intelectuais e resistência democrática**. In: Cadernos AEL, 14/15, Unicamp, Campinas, 2001.

¹⁵ **Ibidem**, p. 69-70.

¹⁶ MATIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**. O projeto militar (1973-1979). Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 38-47.

¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. 1964-1984. Bauru: Edusc, 2005.

¹⁸ **Ibidem**, p. 273-390.

entrevistar ex-militantes revolucionários, apresenta o processo de autocrítica pelo qual estes agentes passaram, no decorrer dos anos 1970 e 1980¹⁹. Os depoimentos, com as reavaliações de suas ideologias são representativos da nova relação com a democracia que alguns grupos adquiriram após os anos de autoritarismo – quando a democracia deixou de ter o fim instrumental de se chegar ao Estado socialista, e passou a ser um fim em si mesmo.

Durante os anos do *Processo de Reorganização Nacional*, os movimentos populares não estiveram presentes na Argentina como nos mesmos anos no Brasil. Um fator que, talvez, demonstre esta diferença nos processos de redemocratização dos dois países é o apoio dos argentinos ao Estado militar durante a Guerra contra as Malvinas. Até o ano do conflito, em 1982, a opinião pública pouco ou nada se manifestou, dado o estado de terror psicológico que o Estado incutiu na população²⁰. Marcos Novaro e Vicente Palermo discutem dois momentos em que houve possibilidade de manifestação, a favor e contra o Processo: a Copa do Mundo de 1978 e a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Segundo os autores, na Copa de 1978, sediada na Argentina, o governo pode apresentar para o mundo uma imagem de país unido, uma comunidade em harmonia e em paz na qual todos se sentiam argentinos e estavam orgulhosos de sê-lo²¹. Em contrapartida, apontam para o fato de que as críticas e denúncias sobre as violações dos direitos humanos – vindas do exterior desde antes do golpe de 1976 e apoiadas, também, em declaração de exilados argentinos – tiveram, com a visita da CIDH em 1980, um papel importante para a oposição e para a resistência no país. A Comissão de Direitos Humanos e as Mães da Praça de Maio agregaram diferentes matizes da oposição ao regime e foram os principais órgãos de denúncia da violência e impunidade do Processo de Reorganização Nacional²².

Os autores também constataam que após a guerra das Malvinas, a sociedade “repentinamente, entrou em ebulição e no centro disso tudo, [estavam] as organizações

¹⁹ OLLIER, M. M., *op. cit.*, p.101-113.

²⁰ Sobre o medo e o terror do Estado, os autores estudados são unânimes em afirmar que estes foram os principais responsáveis por uma privatização da vida argentina. A população fechava-se em suas casas, pois o espaço público lhes era negado sob risco de desaparecer como um suspeito de subversão. Juntamente com a privatização da vida, o silêncio marcou aqueles anos.

²¹ Sobre a Copa do Mundo de 1978, NOVARO, M.; PALERMO, V., *op. cit.*, *Política do esporte: 'uma festa de todos'* p. 206-216.

²² *Ibidem*, p. 364-419.

de direitos humanos, peças heterogêneas de um quebra-cabeças procurando seu lugar em um espaço público em plena expansão²³. De maneira diferente do Brasil – que, no período, já contava com muitos grupos civis organizados – as organizações de direitos humanos foram as únicas instituições que puderam aglutinar e manifestar diretamente críticas ao governo. Do ponto de vista institucional, os partidos de esquerda, que estavam desarticulados e sem expressão política, se orientaram para as eleições programadas de 1983 para apoiar o Candidato da UCR, Raúl Alfonsín. Segundo Ollier, o fim da guerra e o colapso do regime *processista* possibilitaram que as reflexões sobre as garantias das liberdades públicas, a divisão de poderes e a representação partidária tomassem uma posição de vantagem e valorização sobre o autoritarismo, emergindo como alternativa frente à necessidade de acabar com a ditadura argentina²⁴.

Durante os anos em que vigoraram os governos autoritários, tanto no Brasil como na Argentina, a oposição se manifestou de diferentes maneiras. De acordo com os depoimentos recolhidos por Maria Matilde Ollier, a censura do governo argentino não foi uniforme. Assim, concepções e idéias puderam ser passadas. O relato de Gregorich, responsável pelo caderno de cultura do jornal *La Opinión*, exemplifica:

[...] Nada foi desperdiçado [...] pude conservar a orientação progressista e plural de seus colaboradores e conteúdos. Era uma ironia que o suplemento de um diário sob intervenção fora o único a incluir certos nomes e se referir a certos temas. *Os militares quiseram oferecer uma imagem ou ilusão de liberdade? Não importava. Se tratava de aproveitá-las de todas as maneiras e creio que os leitores daqueles dias – os que viviam no país, sob o terror e a desinformação – souberam agradecer-lo*²⁵ (ênfase da autora).

Ainda de acordo com a autora, na literatura e no teatro houve uma inovação dos hábitos e das discussões sobre a forma e o conteúdo, bem como as possibilidades de manifestações de críticas através da arte. Desta forma, se passou a valorizar as ambigüidades, “a palavra, com todas as implicações que possui, adquiriu uma relevância inédita; uma palavra que requeresse sentidos diferentes”²⁶. A mesma

²³ **Ibidem**, p. 674.

²⁴ OLLIER, M. M., **op. cit.**, p. 238.

²⁵ **Apud**, OLLIER, M. M., p. 87.

²⁶ OLLIER, M. M., **op. cit.**, p. 85.

possibilidade de comunicação está presente no Brasil. Zuenir Ventura²⁷ publicou na revista *Visão*, ao longo dos anos 1970, depoimentos de artistas e intelectuais que, naqueles anos, adotaram formas de driblar a censura e a repressão e poder se comunicar com o público e com a sociedade em geral preenchendo o “vazio” criado pelo golpe. Atentando para o que chamou de “estética do silêncio” e do medo, Ventura avalia que a impossibilidade de comunicar idéias e mensagens, sob a censura, criou “um novo tratado de semântica e uma reinterpretação das velhas figuras da retórica”²⁸. Diz ainda que

Poucas vezes a língua portuguesa terá dado tantas voltas para sugerir o que não pode dizer e insinuar o que não pode revelar. O que economizam em partículas negativas e adversativas, a arte e o jornalismo esbanjam em metáforas, elipses, eufemismos, perífrases, antíteses, circunlóquios, para dizer que o rei está nu, ou melhor, para insinuar que *estaria*. [...] O condicional, com seu (mau) caráter duvidoso e ambíguo de tempo e modo, é um atenuador que permite dizer sem afirmar, informar sem se comprometer e rejeitar sem dizer não²⁹.

De maneira metafórica e camuflada as oposições aos governos puderam escrever e produzir textos jornalísticos, livros e imagens por meio de códigos diferentes dos propostos pelos regimes.

Portanto, se houve por parte dos militares brasileiros e argentinos uma concepção de superioridade que lhes garantiam a responsabilidade de reorganizar esses países de acordo com suas concepções de ordem social e política houve, por outro lado, oposições e estratégias que compuseram importantes projetos de resistência e que contribuíram para o fim dos governos autoritários e para o estabelecimento do modelo democrático.

É de acordo com esta perspectiva que a análise das *lutas de representações*, presentes nos cartazes críticos ao regime, nos permite, de acordo com Roger Chartier, “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”³⁰. No caso do

²⁷ VENTURA, Zuenir. (et al.) **Da resistência a repressão**. Anos 70/80. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

²⁸ **Ibidem**, p. 57.

²⁹ **Ibidem**, p. 58.

³⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988, p. 17.

Brasil e da Argentina, esta análise lança luz sobre os debates e os ideais para a constituição de um modelo de exercício de oposição política e, também, como fim último, um novo projeto de Estado em discussão pelas esquerdas em ambos os países.

FONTES VISUAIS E COMUNICAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE HISTÓRICA

Não cabe aqui fazer um debate sobre história visual ou sobre o uso das imagens como fontes históricas. Pretendo, somente, apontar as reflexões iniciais da minha pesquisa em desenvolvimento. Parte do desafio para o historiador que pretende trabalhar com fontes visuais consiste no fato que este exercício ainda é pouco usual para a História. A preferência por fontes textuais se dá, também, pela dificuldade que a natureza da imagem impõe para análise histórica. Ivan Gaskell argumenta que as imagens, compreendidas genericamente como artefato artístico, foram trabalhadas pelos historiadores da arte com enfoque em questões como a autoria, a qualidade estética e o trabalho do artista com a técnica empregada. Ao contrário do historiador da arte, para o historiador dedicado a domínios não especificamente artísticos, qualquer imagem pode servir como fonte histórica por possibilitar a discussão “de sua produção e de seu consumo como atividades sociais, econômicas e políticas”³¹. Cabe a ele tratar da historicidade de uma imagem e definir sua problemática, investigando sua produção social, sua circulação e apropriação. Neste sentido, Ulpiano Bezerra de Menezes constata que, ao trabalhar imagens como fontes históricas, o historiador deve considerar como pressuposto a natureza social do fenômeno artístico³² e formular “*problemas históricos* para serem resolvidos *por intermédio das fontes visuais* associadas a quaisquer outras fontes pertinentes”³³. Desta maneira, ao considerarmos as imagens presentes nos cartazes como representações de imaginários políticos, entendemos que estas operavam no terreno de certas convenções socioculturais, favorecendo sua compreensão pela sociedade em geral, devido ao recurso a uma simbologia familiar ao seu público alvo, o que intensificava seu poder de comunicação.

³¹ GASKELL, Ivan. “História das imagens”. In: Peter Burke (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 23-24.

³² MENESES, Ulpiano B.. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, jul 2003, p. 13.

³³ **Ibidem**, p. 28. Grifo do autor.

Nos cartazes confeccionados com fim de circulação política, cada imagem, cada palavra, cada símbolo é empregado com objetivos específicos, construindo a mensagem por meio de elementos socialmente partilhados, para permitir sua fácil apreensão e compreensão. As representações visuais das ideologias que nortearam os diferentes grupos políticos são, portanto, expressões materiais das disputas culturais e políticas de um determinado momento histórico. Segundo Arnau Carulla e Jordi Carulla o cartaz é um “testemunho gráfico que deve ser considerado como fonte primária da história com tanta força e razão como a documentação oficial”³⁴.

Abraham Moles confere destaque ao papel do cartaz como veículo de informação massiva, por ter a capacidade de ser fixado no local de grande visibilidade, independente de regras ou predisposições urbanísticas³⁵. Em um período de censura, como no caso do recorte estabelecido em nosso projeto, outros veículos de propaganda de massa, como o rádio e a televisão, não cumprem o objetivo de mobilização social para as críticas aos governos autoritários. Neste sentido, os cartazes puderam comunicar mensagens políticas em locais estratégicos e de maneira fugaz, o que potencializou seu caráter de propaganda objetiva.

A propaganda moderna consiste em “múltiplas mensagens, apelos, interpelações, dramatizações que mantém ou modificam diariamente os sentimentos coletivos”, como afirma Maria Helena Capelato. A autora ainda diz que

A intensificação das emoções ocorre por meio dos meios de comunicação, responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades. Mas os sinais emotivos são captados e intensificados também mediante de outros instrumentos: literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas. Todos esses elementos podem entrar em múltiplas combinações e provocar resultados diversos³⁶.

As imagens e mensagens contidas nos cartazes de propaganda política do período da ditadura militar, elaborados por grupos da oposição ao regime autoritário,

³⁴ CARNULLA, Arnau; CARNULLA, Jordi. **La guerra civil em 2000 carteles**. República, Guerra Civil, pós-guerra. Vols. I e II. Barcelona: Postermil, 1997, p. 12.

³⁵ MOLES, A., **op. cit.**, p. 112-116.

³⁶ CAPELATO, Maria. Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 74-75.

traduziam as críticas ao governo; convocavam a população para reflexões, debates e ações; e representavam as definições de seus autores sobre os projetos políticos pretendidos para o país.

Como indicou Menezes, as fontes visuais não tem sentido em si, imanente³⁷. Portanto, para um estudo mais problematizado de qualquer objeto histórico o autor recomenda utilização de fontes complementares do período estudado³⁸ de maneira a confrontar símbolos, signos e imagens com as ideias e mensagens documentadas em fontes escritas, por exemplo. Este confronto nos aproxima do imaginário dos agentes históricos assim como, de maneira mais geral, do imaginário social representado e reproduzido nas fontes. Esta perspectiva enriquece sobremaneira a possibilidade de reconstrução das intenções dos mentores dos cartazes estudados.

QUESTÕES FINAIS.

Tentei apresentar a possibilidade de reflexão sobre as concepções ideológicas e as estratégias de ação dos grupos opositores aos regimes autoritários, no Brasil e na Argentina, por meio da análise das imagens nos cartazes produzidos por estes agentes. Acredito que desta forma é possível compreender de que maneira as críticas políticas e sociais sobre os regimes militares autoritários foram representadas pela oposição. Os diferentes processos políticos assim como, também, as diferentes culturas políticas, nos países em questão, nos convidam a indagar quais as estratégias de mobilização social elaboradas e quais os recursos simbólicos e imagéticos foram recrutados para tal tarefa. É possível que na Argentina, pelo o que foi exposto anteriormente, os cartazes contenham conteúdos de caráter mais combativo, em uma postura mais radicalizada. Em contrapartida, no Brasil, as mensagens podem conter conteúdos de resistência e coalizão de forças para o fim institucional do regime. O trabalho sobre as imagens e mensagens contidas nestas fontes, reconstrói, de maneira original, um momento basilar da história recente dos dois países.

³⁷ MENEZES, U. B., **op. cit.**

³⁸ Estas fontes complementares podem ser: leis e decretos governamentais; manifestos e cartas públicas de entidades, grupos ou partidos políticos; notícias de jornais; documentos oficiais; documentos extra-oficiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional. Casas da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Renavan, Brasília, DF: EdUnB, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CAMARGO, Sônia de; OCAMPO, Maria Vásquez. **Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil**: uma década de política exterior (1973-1984). São Paulo: Convívio, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- _____; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia brasileira. In: FLAMARIOR, Ciro; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuição em um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.
- CARNULLA, Arnau; CARNULLA, Jordi. **La guerra civil em 2000 carteles**. República, Guerra Civil, pós-guerra. Vols. I e II. Barcelona: Postermil, 1997.
- CASTAÑEDA, Jorge. G. **Utopia Desarmada**. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A beira da Falésia**. A história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.
- _____. **História cultural, entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- CHAVELIER, Jean; GHEERBRENT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Mitos sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1980
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a civilização brasileira**. São Paulo. Vol. 01, nº 09, 1979.
- DALMÁS, Carine. **Brigadas Muralistas e Cartazes de Propaganda da Experiência Chilena**. (1969-1973). 2006 Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. 2 ed., São Paulo: Divisão Européia de livro, 1961.
- DREIFUSS, Renè Armand. **1964**. A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eliane Regina de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. In: *Varia História*, Belo Horizonte: nº 28, p. 13-28, 2002.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio Janeiro: Record, 2004.
- _____. Algumas notas sobre Historiografia e História da Ditadura Militar. In: *Estudos de História*, Franca: vol. 08, nº 01, p. 69-90, 2001.
- GASKELL, Ivan. “História das imagens”. In: Peter Burke (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLLANDA. Heloísa B. "A participação engajada no calor dos anos 60" In: **Impressões de viagem**. CPC, Vanguarda e desbunde: 1960;1970. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINS, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Transição e consolidação da democracia**: A experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 23, nº 45, p. 11-37, 2003.
- MICELI, Sérgio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- MOLES, Abraham. **O cartaz**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- NAPOLITANO, Marcos. Arte e revolução: Entre o artesanato dos sonhos e a engenharia das almas (1917-1968). **Revista de sociologia e política**. Curitiba, nº 8, 1997, p. 07-20.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura militar argentina 1976-1983** – do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007.
- O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **'Nossos comerciais, por favor'. A televisão Brasileira e a Escola Superior de Guerra**: O caso Flavio Cavalcanti. São Paulo: Fnac, 2001.
- OLLIER, Maria Matilde. **De la revolución a la democracia**: Cambios privados y políticos de la izquierda argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: Imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 15, nº 29, 1995, p. 09-20.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. In: **Revista de História**, São Paulo, nº 145, v. 2, 2001.
- _____; SOARES, Gabriela Pelegrino; COLOMBO, Sílvia. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: Ed Senac. 2007.
- _____. Repensando a História Comparada. In: **Revista de História**, São Paulo: 2005, nº 153, v. 2, p. 11-33.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Artistas da revolução do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROMERO, J. Luis. **Breve História de la Argentina**, Buenos Aires: Tierra Firme, 1996.
- _____. **Las ideas políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesenta**: La formación de la nueva izquierda intelectual em La Argentina 1956 - 1966. Buenos Aires: Puntosur, 1991.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Trad. Nail Ribeiro da Silva. 3 ed., São Paulo: Edusp, 1991.